Comunidades tradicionais brasileiras no Antropoceno: desafios e luta por direitos em tempos de crise climática e pressões da globalização

Ana Luísa Pires Costa[1]

RESUMO: O presente estudo visa analisar os efeitos da globalização como agravantes de conflitos socioambientais que atingem comunidades tradicionais no Brasil, decorrentes em grande parte de dinâmicas produtivas e econômicas que intensificam as mudanças climáticas, agravando desigualdades ambientais e impactando a luta por direitos territoriais por parte desses povos. A metodologia adotada envolve abordagem qualitativa, análise de documentos legais nacionais e internacionais e revisão bibliográfica, integrando perspectivas socioambientais, jurídicas e políticas para identificar os principais impactos socioambientais enfrentados por esses grupos e estratégias de preservação territorial para promover a justiça socioambiental. Nesse sentido, a discussão insere-se no contexto de instrumentos que abordam emergência climática e direitos humanos desses grupos, como a Convenção nº 169 da OIT, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007) e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Também foram consultadas publicações em livros, artigos científicos, teses, dissertações e documentos técnicos sobre direitos de comunidades quilombolas, por meio de bases como o Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico. Logo, o estudo, além de contextualizar as complexidades do período do Antropoceno, foca na influência de diversos fatores agravantes da crise climática na deterioração territorial de povos tradicionais presentes no Brasil, reforçando a relevância de políticas públicas e instrumentos legais que conciliam justiça socioambiental, proteção cultural e sustentabilidade territorial.

Palavras-chave: comunidades tradicionais; crise climática; justiça socioambiental; globalização; direitos humanos.

ABSTRACT: This study aims to analyze the effects of globalization as aggravating socio-environmental conflicts affecting traditional communities in Brazil, largely stemming from productive and economic dynamics that intensify climate change, exacerbating environmental inequalities, and impacting the struggle for territorial rights by these peoples. The methodology adopted involves a qualitative approach, analysis of national and international legal documents, and a literature review, integrating socio-environmental, legal, and political perspectives to identify the main socio-environmental impacts faced by these groups and territorial preservation strategies to promote socio-environmental justice. In this sense, the discussion is framed within the context of instruments that address the climate emergency and the human rights of these groups, such as ILO Convention No. 169, the United Nations Declaration on the

Rights of Indigenous Peoples (2007), and the National Policy for the Sustainable Development of Traditional Peoples and Communities. Publications in books, scientific articles, theses, dissertations, and technical documents on the rights of quilombola communities were also consulted through databases such as the CAPES (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel) Journal Portal, the Scientific Electronic Library Online (SciELO), and Google Scholar. Therefore, the study, in addition to contextualizing the complexities of the Anthropocene period, focuses on the influence of various aggravating factors of the climate crisis on the territorial deterioration of traditional peoples in Brazil, reinforcing the importance of public policies and legal instruments that reconcile socio-environmental justice, cultural protection, and territorial sustainability.

Keywords: traditional communities; climate crisis; socio-environmental justice; globalization; human rights.

1. INTRODUÇÃO

A questão socioambiental contemporânea tornou-se central no debate internacional, uma vez que o mundo enfrenta profundas transformações e desafios ambientais que impactam todos os continentes. Nesse sentido, a crescente preocupação com mudanças climáticas, degradação de ecossistemas e perda de biodiversidade tem colocado em evidência a necessidade de repensar modelos de desenvolvimento e de gestão dos recursos naturais. A temática se mostra particularmente relevante ao considerar a relação entre sociedade, meio ambiente e justiça socioambiental.

Ademais, percebe-se que o avanço do capitalismo global, aliado às práticas extrativistas, à urbanização acelerada e à industrialização desregulada, torna-se um agravante de fatores como a degradação de ecossistemas, o desequilíbrio climático e a perda de biodiversidade. Nesse sentido, os efeitos da globalização se manifestam não apenas na dimensão econômica, mas também na difusão de padrões de consumo insustentáveis e na reprodução de desigualdades ambientais entre países e populações.

Seguindo a ideia de que tais processos intensificam os conflitos socioambientais ao transformar os territórios de comunidades tradicionais em espaços de disputa, Rapozo (2020) argumenta que esse fenômeno acaba institucionalizando diferentes formas de violência e evidencia a violação de direitos humanos, refletida em disputas desiguais por recursos econômicos, políticos e sociais, muitas vezes

legitimadas por ações do Estado. No contexto brasileiro, esses processos se aproximam do conceito de “movimentos territorializados” proposto por Almeida (1994), definidos como coletivos étnicos organizados social e politicamente que buscam o reconhecimento de suas especificidades culturais e a proteção de seus territórios. Exemplos claros desse tipo de mobilização incluem povos indígenas, quilombolas, seringueiros, ribeirinhos e caiçaras, entre outros grupos tradicionais brasileiros (Almeida, 1994).

Nesse contexto, a preservação de comunidades tradicionais não se limita à proteção cultural, mas também representa uma estratégia de adaptação e mitigação climática. Os saberes tradicionais, o manejo sustentável da terra e a organização social dessas populações constituem mecanismos de resistência no contexto socioambiental que podem contribuir para políticas globais de enfrentamento da crise climática.

Assim, evidencia-se que a negligência institucional e a escassez de soluções adequadas perpetuam a injustiça socioambiental, violando direitos fundamentais e dificultando a preservação de territórios essenciais para a subsistência dessas comunidades. Além disso, a ausência de governança inclusiva limita a capacidade dessas populações de participar ativamente de decisões que afetam suas terras e costumes. Com isso, percebe-se que essa abordagem reconhece que os problemas ambientais não podem ser compreendidos se forem isolados do contexto político e econômico em que foram criados, porque tais problemas estão a gerar situações de injustiça e negação de direitos (Anaya; Espírito-Santo, 2018).

Portanto, o presente trabalho aborda as diversas camadas que abrangem o período do Antropoceno e as relações do mundo globalizado, expondo os desafios enfrentados por comunidades tradicionais presentes no Brasil ao promover a preservação de suas terras em meio a uma sociedade que, em sua maioria, é indiferente em relação a causa socioambiental. Logo, nota-se que esses grupos, os quais são de extrema importância para a mudança do cenário de emergências climáticas e ambientais em escala global, devem ter seus direitos garantidos e pautas de sustentabilidade com destaque no cenário internacional.

2. DESENVOLVIMENTO

Sob a perspectiva apresentada na Introdução, o Antropoceno pode ser compreendido não apenas como uma época geológica marcada por mudanças nas questões socioambientais influenciadas pela presença humana na natureza, mas também como um período que simboliza uma ruptura política e ontológica que exige o abandono da separação entre natureza, sociedade, ciência e política (LATOUR, 2020) Portanto, analisar a interdependência inegável entre o homem e a natureza permite construir formas de aprimorar as práticas sustentáveis existentes e promover a implementação de novas técnicas que permitam o uso correto de recursos naturais.

Bruno Latour (2020) analisou a crise ambiental com a vivência das comunidades:

> (...) própria expressão "relação com o mundo", que supõe dois tipos de domínio, o da natureza e o da cultura, que são ao mesmo tempo distintos e impossíveis de separar por completo.
> Não tente definir apenas a natureza, porque você terá que definir também o termo "cultura" (o humano é o que escapa à natureza: um pouco, muito, apaixonadamente); não tente definir apenas "cultura", porque de imediato terá que definir também "natureza" (o humano é o que não pode "escapar totalmente" das restrições da natureza).
> O que significa que não estamos lidando com domínios, mas com um e o mesmo conceito separado em duas partes que se encontram ligadas, por assim dizer, por um forte elástico.(...).

Assim, Latour propõe o conceito de “antropologia simétrica”, que busca observar de forma igual os humanos e os não humanos, entendendo que ambos atuam na construção do mundo social. Ou seja, ao invés de tratar a natureza como algo externo à sociedade, ele defende que existem redes de mediações em que elementos naturais, técnicos, políticos e sociais estão intrinsecamente conectados no cotidiano da população.

Dessa forma, o autor desafia a ideia de que a ciência é neutra e separada dos valores sociais, ao propor que é justamente nos centros de produção de conhecimento que essas categorias se encontram. Seu pensamento torna-se relevante para a crítica ecológica contemporânea, posto que permite repensar o papel da ciência, da técnica e dos discursos de sustentabilidade como agentes ativos na configuração das crises ambientais e das formas de poder associadas a elas.

Mediante o exposto, torna-se nítida a influência de todos esses meios no desenvolvimento de técnicas de inovação que promovem a sustentabilidade, mesmo que, atualmente, a maioria dos setores mundiais se encontrem em posição de descaso com as questões ambientais. Com isso, percebe-se a importância da implementação de práticas sustentáveis em meio ao cenário alarmante de crises climáticas e conflitos entre grandes potências mundiais em relação ao uso de diversos recursos para relações comerciais.

Ademais, a problemática das emergências climáticas existentes em meio a uma sociedade movida por ideologias e práticas neoliberais é, muitas vezes, impulsionada por influência de grandes empresas de diversos setores. Com isso, torna-se nítida a existência de padrões de vida que são aderidos por meio do consumo de produtos e serviços oferecidos por organismos com formas de produção incompatíveis com a questão socioambiental, bem como é clara a influência de um mundo globalizado na biodiversidade, e, posteriormente, na qualidade de vida e garantia de direitos humanos de muitas comunidades.

2.1 Interação entre agronegócio, crise climática e vulnerabilidade social de povos tradicionais

Nesse sentido, a agricultura, em sua essência, sempre foi baseada em sistemas tradicionais e conhecimentos locais, os quais são integrados aos ciclos naturais e adaptados às condições específicas de cada região, tendo em vista os saberes desses grupos em relação ao manejo do solo e extração de recursos naturais, por exemplo. No entanto, com o advento da Revolução Industrial e, posteriormente, com o avanço da Revolução Verde no século XX, iniciou-se uma grande mudança nas formas de cultivo da terra.

No Brasil, a Revolução Verde foi incorporada ao modelo de desenvolvimento a partir da década de 1960, alinhada ao projeto de modernização agrícola do regime militar. Com isso, o processo contou com apoio de organismos internacionais e articulação com empresas transnacionais do setor agroquímico. Nesse sentido, a criação da Embrapa (1973), foi um marco, posto que institucionalizou a pesquisa

agropecuária voltada para adaptar variedades de grãos e cultivos ao clima tropical, possibilitando a expansão da fronteira agrícola para regiões como o Cerrado.

A Revolução, por sua vez, de fato contribuiu para o aumento expressivo da produção agrícola: culturas como soja, milho e trigo atingiram metas que permitiram ao Brasil se consolidar como grande exportador de commodities. No entanto, esse crescimento foi acompanhado de forte concentração fundiária, marginalização da agricultura familiar e perda de autonomia de comunidades tradicionais e camponesas. Pequenos produtores, sem acesso ao crédito e à tecnologia, foram expulsos de suas terras ou incorporados em condições desvantajosas à cadeia produtiva.

Desse modo, com a introdução massiva de novas tecnologias, como fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas, o setor desejava aumentar a produtividade e atender à crescente demanda do mercado mundial. Logo, tem-se como consequências disso a degradação e a compactação do solo, a contaminação de lençóis freáticos por agrotóxicos, a redução da biodiversidade agrícola e o aumento do desmatamento para expansão de monoculturas. Dessa forma, regiões como o Cerrado, antes consideradas “improdutivas” pela agricultura industrial, foram rapidamente convertidas em áreas de soja e milho, alterando ecossistemas e regimes hídricos.

Para povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, a Revolução Verde significou ameaça à posse tradicional da terra e desgaste cultural. A valorização econômica de territórios levou à intensificação de conflitos fundiários e à perda de acesso a recursos naturais essenciais à subsistência. Logo, o avanço da agricultura industrial no Brasil se deu à custa da substituição de práticas agroecológicas milenares por sistemas homogêneos e dependentes de insumos externos (CABRAL, et al, 2022)

> Para o modelo de produção homogeneizador, a transformação da terra em mercadoria representa uma etapa essencial em todo o processo produtivo, pois é vista como um insumo produtivo. Assim, impõe-se um mercado de terras que as trata como uma mercadoria de caráter genérico, cuja produção ocorre pela conversão da floresta originária, um bem público, em patrimônio privado. Em contrapartida, nas dinâmicas associadas aos sistemas camponeses, a terra-com-mata é um meio de produção que garante a economia da unidade de produção camponesa, de modo que há uma economia não-capitalista girando dentro de uma economia capitalista. (DAL’ASTA, et al, 2025).

Nesse contexto, tem-se como principal exemplo no contexto brasileiro a Floresta Amazônica, uma vez que foi integrada às cadeias de commodities (soja, milho e boi, por exemplo), o que reforçou a leitura do território como ativo de exportação e intensificou conflitos fundiários em áreas já historicamente pressionadas e em novas frentes de expansão. Em uma análise dos periódicos do “Cadernos de Saúde Pública“ de 2025, observa-se a persistência e reconfiguração desses conflitos em polos clássicos (sudeste paraense) e em municípios que adentram a fronteira agrícola, conectando a dinâmica do agronegócio com violência no campo e disputas territoriais.

De acordo com a pesquisa “Violência, conflitos por terra e a dinâmica da economia agrária na Amazônia brasileira”, presente nos Cadernos de Saúde Pública de 2025, atualmente, os principais desafios para essas comunidades combinam: a) avanço de monoculturas e concentração fundiária; a) violência no campo e judicialização de conflitos; c) riscos à saúde por agrotóxicos; e d) erosão de práticas agroextrativistas que sustentam segurança alimentar e diversidade biocultural.

No contexto da agricultura, esse setor estratégico de exportação é submetido aos fluxos financeiros e às exigências do comércio internacional. Com isso, países do Sul Global, incluindo o Brasil, foram inseridos como fornecedores de commodities agrícolas, muitas vezes à custa de extensiva degradação ambiental e expulsão de comunidades tradicionais de seus territórios. Logo, é evidente a vulnerabilidade sanitária em contextos de fronteira agrícola, em que faz-se necessária a criação de medidas de proteção territorial efetiva, bem como o controle do uso de agrotóxicos no entorno de terras indígenas (TIs) e territórios quilombolas, e a busca por políticas que valorizem sistemas agroecológicos e os saberes tradicionais

O agronegócio, por sua vez, é fortemente concentrado em grandes propriedades e controlado por grupos transnacionais, impondo, muitas vezes, um modelo de produção voltado à exportação e ao lucro, em detrimento de questões como a justiça fundiária e a preservação dos ecossistemas explorados. Assim, as transformações no campo não apenas alteram a paisagem rural, mas também contribuem para o aprofundamento das desigualdades socioambientais e para a

perpetuação de um sistema que explora tanto a terra quanto os povos que são dependentes de seus frutos.

Além disso, a intensificação das práticas agroindustriais também contribui significativamente para a elevação das emissões de gases de efeito estufa, especialmente o dióxido de carbono (CO_2), o metano (CH_4) e o óxido nitroso (N_2O). A conversão de florestas e biomas inteiros em áreas de pastagem ou monocultura e a mecanização em larga escala são fatores que colocam a agricultura e a pecuária entre os maiores emissores globais.

No Brasil, a expansão da fronteira agrícola sobre a Amazônia e o Cerrado não apenas compromete ecossistemas frágeis, como também libera grandes quantidades de carbono armazenado no solo e na vegetação, agravando o aquecimento global. Ao mesmo tempo, o desmatamento, muitas vezes ilegal, é facilitado por políticas permissivas e pela lógica de mercado que privilegia a exportação de commodities em detrimento da conservação ambiental.

Além disso, a expansão de projetos de conservação destinados a sequestrar carbono, muitas vezes apoiados por grandes corporações, resulta em práticas de "conservação de fortaleza", que expulsam comunidades de seus territórios ancestrais, com graves violações de direitos humanos e desestruturação cultural e social.

Os créditos de carbono, por serem mecanismos que transformam reduções de emissões ou sequestros em ativos financeiros, apresentam um duplo potencial: podem gerar recursos para comunidades tradicionais, mas frequentemente reproduzem desigualdades e ameaçam modos de vida. Projetos de REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) demandam contratos longos (30–50 anos), que impõem restrições severas ao uso tradicional dos territórios, como a coivara, técnica sustentável e culturalmente relevante considerada ilegal nesses contextos.

No entanto, a falta de consulta, transparência e governança reforça desigualdades estruturais; muitos projetos são desenvolvidos por empresas sem participação indígena ou estadual, criando conflitos internos e insegurança jurídica. Exemplo disso é o fenômeno dos chamados "carbon cowboys": empresas que firmam acordos fraudulentos em terras públicas e indígenas, vendendo créditos sobre áreas

já protegidas e sem gerar benefícios reais às comunidades, prática essa que tem levado a investigações judiciais e suspensão de projetos. (THE WASHINGTON POST, 2024).

Além disso, os povos indígenas recebem menos de 1 % dos financiamentos climáticos globais, mesmo que sejam os principais guardiões das florestas e responsáveis por boa parte do carbono armazenado. Esse esquema de “colonialismo do carbono” representa uma continuação da exploração, em que os benefícios são capturados por governos e empresas intermediárias, mesmo que isso signifique que populações tradicionais sofram com os impactos e a perda de autonomia.

Dessa forma, percebe-se que, ao transformar o carbono em ativo financeiro negociável, tais políticas perpetuam a lógica da mercantilização da natureza e reforçam a desigualdade entre emissores e afetados. Logo, comunidades tradicionais são marginalizadas e excluídas das decisões sobre seus próprios territórios, ou até mesmo pressionadas a aceitar projetos que, embora rotulados como “verdes”, mantêm as estruturas coloniais de controle e exploração. Assim, a questão das emissões no setor agroindustrial não pode ser dissociada dos debates sobre justiça climática e reparação histórica.

Nesse sentido, no que diz respeito à implantação de megaprojetos capitalistas na Amazônia, observa-se um ritmo acelerado de industrialização, em que áreas antes cobertas pela floresta são convertidas em espaços urbanos e industriais em poucos anos. Logo, a velocidade da industrialização está acompanhada por seu aspecto impositivo e, sem serem consultados, os povos da floresta acabam passando pelo processo de “industrialização da selva” (Porto-Gonçalves, 2018, p. 33).

Portanto, ao levar em consideração outros aspectos, percebe-se que esse modelo de produção alimenta mecanismos de compensação ambiental que nem sempre resultam em justiça socioambiental. Assim, programas de sequestro de carbono e mercados de créditos de carbono vêm sendo implementados como estratégias de mitigação, mas frequentemente ignoram os saberes e os direitos dos povos que historicamente protegem essas áreas.

Ademais, tem-se o agravante do aquecimento global, que é impulsionado pelo aumento das emissões de gases de efeito estufa, principalmente em decorrência da

queima de combustíveis fósseis, desmatamento, mineração e processos agrícolas intensivos, ou seja, atividades que afetam de maneira direta a preservação ambiental. Com isso, populações que dependem diretamente da terra para práticas de subsistência enfrentam pressões crescentes, uma vez que os consumos globais, como energia, alimentos e produtos minerais estimulam a exploração de seus territórios, intensificando conflitos fundiários e degradação ambiental.

Dessa forma, a intensificação da industrialização global, com sua crescente emissão de gases de efeito estufa e poluentes atmosféricos, está diretamente ligada ao agravamento do aquecimento global e à frequência de eventos climáticos extremos, como secas prolongadas, enchentes, incêndios florestais e ondas de calor, os quais afetam com maior intensidade as comunidades que necessitam da natureza para a realização de seus costumes.

Nesse sentido, a expansão industrial frequentemente se sobrepõe aos territórios tradicionais, gerando zonas de sacrifício onde comunidades pagam o preço dos danos ambientais e sociais. Logo, os desastres naturais apontados multiplicam a vulnerabilidade estrutural das comunidades em questão, cuja infraestrutura e acesso a serviços de saúde e assistência emergencial são historicamente limitados, expondo-as a deslocamentos forçados, insegurança alimentar e fragilização cultural.

2.2. Casos emblemáticos em território brasileiro

Nesse sentido, é de grande importância destacar alguns conflitos socioambientais de comunidades específicas presentes no Brasil, o que mostra a complexidade de conflitos entre a indústria e preservação ambiental. Tais situações surgem devido à dificuldade de conciliar o crescimento econômico impulsionado pela industrialização com a necessidade de proteger ecossistemas frágeis e garantir a sustentabilidade a longo prazo.

Exemplo disso, tem-se a Usina Hidrelétrica de Belo Monte como um dos casos mais emblemáticos de marginalização desses povos, uma vez que foi idealizada como um grande projeto de infraestrutura energética para abastecer o país, mas se tornou problemática ao prejudicar as comunidades que se faziam presentes

na região do Xingu. A barragem, que modificou o deslocamento do rio, atingiu diretamente muitas das atividades básicas das populações em questão, como a pesca, a navegação, os ciclos naturais e a segurança e memória cultural ou social de todo um território.

De mesmo modo, percebe-se que a região de Alcântara, situada no Maranhão, continua enfrentando desafios significativos desde a década de 1980, tendo em vista que o Estado brasileiro iniciou a implementação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), uma base aeroespacial estratégica na região. Assim, tem-se o processo de expulsão dessas populações de suas terras, ou seja, o afastamento desses povos de suas práticas culturais.

Com a expansão do projeto, o qual visa impulsionar o desenvolvimento e a inserção do Brasil no setor aeroespacial, tem-se o aumento de debates e protestos devido à forma como os direitos territoriais e os direitos humanos dessas populações foram desconsiderados em seu desenvolvimento. Assim, o processo de marginalização e deslocamento forçado evidencia um dilema entre o desenvolvimento estatal e a preservação dos direitos na região.

Além disso, também se torna exemplo desses conflitos a Reserva Extrativista Chico Mendes, localizada no Acre, que foi estabelecida com o objetivo de proteger a floresta e garantir a continuidade do modo de vida das populações locais, com ênfase no extrativismo sustentável, como a coleta de borracha e castanha, atividades consideradas sustentáveis. Entretanto, nos últimos anos houve o aumento da ocorrência de atividades ilegais na região, como o desmatamento, a grilagem de terras e a pecuária clandestina, ameaçando a integridade da reserva e, posteriormente, das comunidades lá existentes.

Dessa mesma forma, um caso emblemático do litoral brasileiro é o das comunidades caiçaras da região da Jureia-Itatins, em São Paulo, que, por terem fortes relações com a pesca artesanal e o extrativismo sustentável, sofrem com diversos conflitos devido ao desenvolvimento de unidades de conservação ambiental de modo restritivo. Com isso, a falta de diálogo com as comunidades presentes nesses territórios, o Estado continua impondo regras que criminalizam práticas tradicionais, impulsionando a permanência de problemáticas jurídicas e sociais para esses grupos.

Ademais, constata-se que o caso dos Avá-Guarani constitui um grande exemplo das profundas violações de direitos humanos e territoriais sofridas por povos indígenas no Brasil, especialmente a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, entre 1975 e 1982. Com a elaboração da obra, extensas áreas ocupadas por essa comunidade foram alagadas, o que resultou em remoções forçadas, perda de territórios e deslocamentos compulsórios. Nesse sentido, os Avá-Guarani também enfrentaram invasões sucessivas de suas terras por terceiros, acompanhadas da negação sistemática de sua identidade étnica, muitas vezes invisibilizada por discursos oficiais.

Infere-se, portanto, que os exemplos apresentados não são casos isolados, mas sim manifestações estruturais de um modelo de desenvolvimento que ignora as especificidades e as necessidades das comunidades tradicionais em detrimento de um projeto de desenvolvimento heterogêneo e desigual, que prioriza interesses econômicos e a acumulação de capital em detrimento de valores baseados na sustentabilidade.

Logo, a luta por terra e território, que há séculos mobiliza esses grupos, se traduz em uma luta pelo reconhecimento de direitos que são constitucionais, mas que, muitas vezes, esbarram em práticas de exploração predatória e de negligência política. Assim, evidencia-se a necessidade de uma reconfiguração das prioridades do Estado e da sociedade nesse contexto, tendo em vista o reconhecimento dos direitos coletivos das comunidades tradicionais, como o direito à terra, à cultura e à autodeterminação. Com isso, é imprescindível que sejam elaborados mecanismos para erradicar essas problemáticas, como elaboração de códigos legais e políticas públicas.

2.3. Desafios para elaboração de políticas públicas e marcos para a reivindicação de direitos no cenário internacional

Mediante o exposto, constata-se que o cenário internacional vem sendo moldado por diversos debates acerca do futuro do planeta, visto que é perceptível o aumento das consequências de práticas de exploração extrema da natureza, essas

que, muitas vezes, provocam sequelas irreversíveis para o meio ambiente, bem como gera conflitos territoriais e violação de direitos de muitas comunidades.

Entre as problemáticas presentes nessas discussões, têm-se fatores como as mudanças climáticas, as queimadas, a poluição, a urbanização desordenada, o desmatamento desenfreado, o consumo insustentável e o enfrentamento de muitos obstáculos por parte de comunidades tradicionais. Desse modo, mesmo que sejam assuntos urgentes no contexto ambiental, a criação e a efetivação documentos legais que tratam da elaboração de políticas públicas para povos tradicionais ainda é um obstáculo enfrentado por essas populações, principalmente no atual cenário de desigualdades no Brasil.

Sob essa perspectiva, a criação de políticas públicas voltadas aos povos e às comunidades tradicionais no Brasil torna-se imprescindível, uma vez que representa um instrumento de reconhecimento histórico e jurídico de populações que foram submetidas a processos de invisibilidade, exclusão e vulnerabilização social por muitos anos. A relevância dessas medidas é ainda maior quando se considera que povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, por exemplo, são detentores de saberes e práticas essenciais para a manutenção da biodiversidade e para o uso sustentável dos recursos naturais, contribuindo de maneira decisiva para a proteção ambiental e para o enfrentamento das mudanças climáticas.

Nesse sentido, políticas públicas destinadas aos povos e comunidades tradicionais apresentam uma profunda articulação com aquelas voltadas à promoção da igualdade racial, o que se torna uma questão delicada em debates acerca da efetivação desses projetos, na medida em que nem sempre cumprem com essa questão. Com isso, a promoção da justiça racial para essas comunidades integra todo um conjunto de medidas voltadas à garantia de direitos, como o acesso a serviços públicos (saúde, educação, etc), à proteção territorial e à valorização de suas práticas culturais.

> Como exemplos de algumas das principais ações constituídas, podemos citar: a educação escolar indígena e quilombola, integrante das Diretrizes Curriculares Nacionais e com pedagogia própria, considerando as especificidades desses povos; a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, integrante da Política Nacional de Saúde e praticada no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio do Departamento de

> Saúde Indígena (Desai); o Programa Brasil Quilombola (PBQ), objetivando, entre outros, a garantia do acesso à terra, à saúde e à educação, bem como construção de moradias, eletrificação, recuperação ambiental, incentivo ao desenvolvimento local e medidas de preservação e promoção das manifestações culturais dessas comunidades; as políticas fundiárias específicas para a delimitação e o reconhecimento de terras quilombolas e indígenas. (GOMES; BRANDÃO; MADEIRA, 2020, p. 320).

Entretanto, é evidente que, nesse contexto, a falta de ações específicas e efetivas para combater o racismo institucional e estrutural contribui para a perpetuação de barreiras no acesso a direitos básicos de povos historicamente marginalizados. Assim, tal prática revela que, apesar dos avanços normativos, ainda há um distanciamento significativo entre a legislação existente e a realidade vivida por essas populações.

Nesse sentido, Achiume (2018) aponta a tendência mais geral de negligência no que se refere à pauta racial de atores não governamentais e multilaterais com influência global, os quais detêm amplo poder e participação na produção de conhecimento e na definição da agenda dos direitos humanos.

> Embora atores influentes dentro do sistema global de direitos humanos tenham soado o alarme contra expressões ou atos viscerais de racismo e xenofobia, eles não combatem a sério as estruturas historicamente arraigadas de opressão racial, exploração e exclusão que violam os direitos humanos de muita gente, mas são invisíveis até mesmo no discurso global sobre direitos humanos. Consideremos a Declaração do Milênio da ONU, adotada em 2000, como marco político global para o desenvolvimento, que menciona a discriminação apenas duas vezes. (ACHIUME, 2018, p. 143).

Mediante o exposto, nota-se que a negligência, manifestada na fragmentação dessas políticas públicas, não incorpora de forma correta o enfrentamento ao racismo em suas diretrizes. Tendo isso em vista, evidencia-se que tratar as comunidades tradicionais apenas sob a ótica cultural ou socioeconômica, sem levar em consideração os impactos das práticas discriminatórias que as atingem, faz com que as políticas em questão se tornem insuficientes. Assim, a ausência de um combate consistente ao racismo limita a efetividade das políticas públicas voltadas à garantia de direitos das comunidades tradicionais.

Embora esses obstáculos se façam presentes na realidade das reivindicações sociais feitas por essas populações, é notório o crescimento da pauta em âmbito internacional, o que dá notoriedade à causa e, posteriormente, auxilia as comunidades

tradicionais que enfrentam desafios ao buscar a garantia de seus direitos. Logo, nas duas últimas décadas tem-se desenvolvido a manutenção e implementação de documentos feitos a partir de encontros internacionais, que tratam das complexidades e necessidades de comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade.

No que diz respeito a marcos no cenário internacional, o que implica diretamente na efetivação de políticas brasileiras, tem-se um avanço significativo na garantia de direitos que englobam a esfera socioambiental, posto que, depois de muitos anos de luta, atualmente a regulação de suas terras se faz presente em diversas leis, como é o caso da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, a qual assegura o direito à terra para as comunidades que estão situadas no local.

Sob essa perspectiva, tem-se a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), adotada em 1989, que representa um marco jurídico internacional no reconhecimento dos direitos dos povos tradicionais. Esse tratado substituiu a Convenção 107 de 1957, que possuía uma abordagem assimilacionista, e passou a consagrar uma perspectiva de respeito à diversidade cultural e à questão da autodeterminação dos povos.

Nesse sentido, o principal objetivo é assegurar que comunidades indígenas e tribais possam preservar seus modos de vida, instituições e práticas, garantindo que sejam sujeitos ativos nas decisões que tenham influência direta na integridade de seus territórios. Trata-se, portanto, de um instrumento normativo que reafirma o direito à diferença e a importância da participação social, reconhecendo que tais povos detêm formas próprias de organização social, econômica e política que devem ser respeitadas pelos Estados signatários.

O Brasil, por sua vez, ratificou a Convenção em 2002, comprometendo-se a incorporar suas disposições no ordenamento jurídico e em políticas públicas voltadas à proteção desses grupos. Em de julho de 2003, o país envia o instrumento de ratificação ao diretor executivo da OIT. Assim, com o Decreto n. 10.088, de 2019, consolidam-se atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. (GOMES,et al, 2020).

Nesse contexto, tem-se como marco no Brasil o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), apresentado à sociedade brasileira e à Presidência da República. Com mais de 4.300 páginas distribuídas em três volumes, o documento reconhece os povos indígenas como vítimas de graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988, evidenciando que, por muitos anos, o Estado brasileiro os percebeu de maneira equivocada como opositores.

No decorrer do relatório, especialmente no capítulo dedicado aos povos indígenas, observa-se a inclusão dessas populações nos debates oficiais sobre a Justiça de Transição. Conforme registrado no documento, “o Estado brasileiro, por meio da CNV, reconhece a sua responsabilidade, por ação direta ou omissão, no esbulho das terras indígenas ocupadas ilegalmente no período investigado e nas demais graves violações de direitos humanos que se operaram contra os povos indígenas articuladas em torno desse eixo comum” (CNV, 2014, p. 247).

Além disso, o reconhecimento das violações históricas sofridas pelos povos indígenas, conforme evidenciado no relatório da CNV, cria o contexto necessário para compreender a importância de marcos legais posteriores que buscam proteger os direitos dessas comunidades. Nesse sentido, instrumentos normativos como o Decreto n. 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), consolidam a necessidade de garantir a preservação cultural, social e econômica desses grupos, reconhecendo formalmente seus territórios tradicionais como espaços essenciais à reprodução de suas formas de vida (Brasil, 2007, n. p.)

De mesmo modo, a Organização das Nações Unidas (ONU), por sua vez, busca promover debates para a elaboração de soluções para as consequências de práticas exploratórias em escala global. Exemplo disso, tem-se a Agenda 2030, que constitui um plano de ação global que visa promover o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, a inclusão social e a proteção ambiental. O projeto é composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas específicas, em que a Agenda estabelece um compromisso coletivo entre os países para erradicar a pobreza, combater as desigualdades, enfrentar as mudanças climáticas e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais até o ano de 2030.

Entretanto, apesar dos avanços em algumas áreas, a implementação da Agenda e de outros documentos legais internacionais enfrenta obstáculos significativos para ser colocada em prática, uma vez que passa por desigualdades estruturais, conflitos geopolíticos, retrocessos ambientais e falta de financiamento adequado, o que compromete o alcance de seus objetivos no prazo estabelecido.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da complexidade e da urgência que envolvem a questão socioambiental no mundo globalizado, evidencia-se a necessidade de repensar profundamente os modelos de desenvolvimento atualmente vigentes. Assim, torna-se nítido que o aumento de práticas extrativistas realizadas por agroindustriais, bem como a imposição de padrões globais de consumo e a marginalização histórica das comunidades tradicionais revelam um cenário de desequilíbrio entre o progresso econômico e os limites ecológicos do planeta.

Depreende-se, portanto, que se faz necessário o avanço da implementação efetiva das metas estabelecidas pela Agenda 2030, com ações concretas voltadas à redução das desigualdades socioambientais e à proteção das comunidades tradicionais por parte dos Estados e de instituições internacionais. Sob esse viés, garantir o fortalecimento de políticas públicas sustentáveis é essencial para que ocorra a alocação de recursos adequados e a adoção de mecanismos normativos que assegurem a participação social e o respeito aos direitos territoriais desses grupos.

Nesse sentido, a implementação de políticas públicas específicas não deve ser compreendida como mera concessão estatal, mas como cumprimento de obrigações constitucionais e internacionais assumidas pelo Brasil, como aquelas previstas na Convenção 169 da OIT. Assim, a criação e fortalecimento dessas políticas configuram-se como passos indispensáveis para a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática, em que os direitos dos povos e comunidades tradicionais sejam respeitados e efetivados em sua integralidade.

Dessa forma, percebe-se que o crescimento econômico não pode ser visto apenas em termos que dizem respeito à produção de riquezas materiais, mas deve

ser analisado sob a ótica da questão social e da preservação ambiental. Logo, ao analisar as falhas nas estruturas atuais, percebe-se que só é possível enfrentar os impactos das mudanças climáticas e promover um modelo de desenvolvimento que seja verdadeiramente sustentável e com foco na preservação da integridade de comunidades tradicionais, a partir de uma governança ambiental eficiente e comprometida com o que se entende por justiça socioambiental.

4. REFERÊNCIAS

ALMEIDA J. **Ações e atores contestatórios na agricultura do sul do Brasil**: disputas, aspirações e futuro, *São Paulo em Perspectiva*, 8 (3), 1994. pp. 86-92.

ALMEIDA, A. W. B. **Territórios tradicionais e conflitos socioambientais na Amazônia**. *Estudos Avançados*, v. 33, n. 95, 2019. p. 215-231.

BRASIL. Capitalismo, território e conflitos: a resistência dos povos e comunidades tradicionais no Brasil (Capitalismo, território e conflitos: a resistência dos povos e comunidades tradicionais no Brasil. Volume 19 – número 40, Capitalismo, território e conflitos: a resistência dos povos e comunidades tradicionais: uma questão contemporânea. Revista PerCursos, Florianópolis, p. 186 – 220, maio/ago. 2018.).

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 16 ago. 2025.

CABRAL, Lídia; PANDEY, Poonam; XU, Xiuli. **Epic narratives of the Green Revolution in Brazil, China, and India**. *Agriculture and Human Values*, v. 39, n. 1, p. 249–267, mar. 2022. DOI: 10.1007/s10460-021-10241-x. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s10460-021-10241-x. Acesso em: 15 ago. 2025.

DAL'ASTA, Ana Paula; FARIAS, Wellington Augusto Araújo; MONTEIRO, Antonio Miguel Vieira; AMARAL, Silvana; GONTIJO, Alexandre Bahia; FERNANDES, Danilo Araújo; ESCADA, Maria Isabel Sobral. **Violência, conflitos por terra e a dinâmica da economia agrária na Amazônia brasileira**. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 41, supl. 1, e00064024, 2025. DOI: 10.1590/0102-311XPT064024. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csp/2025.v41suppl1/e00064024/pt/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 15 ago. 2025.

EMBRAPA. Trajetória do agro. In: ***Visão de futuro do agro brasileiro***. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, s. d. Disponível em: https://www.embrapa.br/visao-de-futuro/trajetoria-do-agro. Acesso em: 15 ago. 2025.

GOMES, Daiane de Oliveira; BRANDÃO, Wanessa Nhayara Maria Pereira; MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. **Justiça racial e direitos humanos dos povos e comunidades tradicionais**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 317–326, maio–ago. 2020. DOI: 10.1590/1982-02592020v23n2p317. Disponível em: SciELO. Acesso em: 17 ago. 2025.
LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia:** oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. São Paulo; Rio de Janeiro: UBU Editora; Ateliê de Humanidades, 2020. 480 p. ISBN 978-65-86497-06-9.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos:** ensaio de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Ianni. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.

OLIVEIRA, Letícia. **Vulnerabilidades climáticas nas comunidades indígenas**: um olhar profundo sobre os impactos atuais no Brasil. *Agência da Hora*, Santa Maria, 14 dez. 2023. Disponível em: https://www.ufsm.br/midias/experimental/agencia-da-hora/2023/12/14/vulnerabilidades-climaticas-nas-comunidades-indigenas-um-olhar-profundo-sobre-os-impactos-atuais-no-brasil. Acesso em: 15 ago. 2025.

SOUZA, Janderson de Paula. **Sustentabilidade e Populações Ribeirinhas**: O conhecimento Tradicional. 2024. 245 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

SURVIVAL INTERNATIONAL. Carbono de Sangue – Pare os projetos de Carbono de Sangue em terras indígenas. **Survival Brasil**, [s.l.], 2025. Disponível em: https://survivalbrasil.org/campanhas/carbonodesangue. Acesso em: 15 ago. 2025.

THE WASHINGTON POST. How ‘carbon cowboys’ are cashing in on protected Amazon forest. [S.l.], 2024. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/interactive/2024/brazil-amazon-carbon-credit-offsets/. Acesso em: 15 ago. 2025.